



BOLETIM SEMANAL

3 de maio de 2012

Sindjus

Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário
e do Ministério Público da União no DF

Filiado à CUT/FENAJUFE

ASSEMBLEIA
Segunda-feira
7/5 às 17h
Estacionamento do TSE

PLENÁRIA DA FENAJUFE

Greve na Eleitoral, já!

Estamos em ano eleitoral e precisamos utilizar isso a nosso favor. Em anos eleitorais todos nós sabemos que a Justiça Eleitoral tem sua visibilidade multiplicada. Os próprios deputados precisam das eleições para fortalecer suas bases com prefeitos e vereadores. Se a Justiça Eleitoral parar tanto as eleições quanto os projetos dos parlamentares ficam comprometidos.

Temos um histórico que credencia a nossa luta. Foi a partir do TSE que o posicionamento do Supremo foi mudado em 2000 em relação aos 11,98%. Em 2002, a greve que levou à aprovação do PCS

nasceu na assembleia setorial do TSE. Em 2006, não foi diferente.

Agora, os delegados do Sindjus vão à Plenária Nacional da Fenajufe, que acontece de 04 a 06 de maio, em São Luis (MA), defender uma greve geral a partir do dia 9 de maio, começando pela Justiça Eleitoral e mobilizando todos os locais de trabalho.

A interferência do Executivo, a submissão do Legislativo e a omissão do Poder Judiciário contribuíram para que o nosso projeto não fosse aprovado até agora. A posse do novo presidente do STF, ministro Ayres Britto, trouxe-nos esperança de que

esse cenário poderá mudar. No entanto, também precisamos fazer a nossa parte para vencer as barreiras impostas pela presidenta Dilma com sua política de reajuste zero para o funcionalismo. "Ao contrário das outras carreiras não temos uma mesa de negociação no Ministério do Planejamento. A greve é o único instrumento que temos para forçar o Executivo a negociar o nosso projeto. Não tenho dúvida de que uma greve bem feita na Justiça Eleitoral resultará no sinal verde que os deputados precisam para aprovar nosso PCCR", afirma a coordenadora do Sindjus, Sheila Tinoco.



APROVAÇÃO DO PL 6613/2009

É preciso apertar o passo, ministro Ayres Britto

Vossa Excelência tomou posse no dia 19 de abril, no entanto, até agora não há qualquer previsão concreta de votação do nosso PCCR na CFT. Ele está na pauta, mas o governo tem trabalhado para esvaziar o quórum das reuniões.

A reunião que Vossa Excelência teria com os membros da Comissão de Finanças e Tributação, que deveria ter ocorrido no dia 2 de maio, não aconteceu. Em razão do feriado do Dia do Trabalhador a reunião da CFT também foi cancelada.

Como ficamos? O tempo passa e o processo parlamentar fica cada vez mais perto. O PL 6613/09 precisa ser aprovado até julho, quando os deputados param e só voltam depois das eleições municipais.

Não podemos perder a oportunidade de aprovar o nosso projeto ainda este mês na CFT para que ele possa seguir para a CCJ. Se houver acordo com o governo, o PL 6613/09 vai direto para o Senado. Caso contrário, passa pelo Plenário da Câmara.

Portanto, é fundamental que Vossa Excelência aperte o passo em relação às negociações com os poderes Legislativo e Executivo no sentido de viabilizar a aprovação do nosso PCCR o mais rápido possível.

Esperamos muito para ter um interlocutor como Vossa Excelência. Portanto, não há tempo a perder. Está mais do que na hora das reivindicações do Poder Judiciário serem respeitadas.

**STF não precisa temer chantagem do PMDB**

No ano passado, ouvimos da boca do próprio líder do PMDB, deputado Henrique Eduardo Alves, que ele havia informado ao então presidente Cezar Peluso que se o PL 6613/09 fosse colocado em pauta ele seria imediatamente rejeitado.

No entanto, essa profecia jamais se cumpriria. Depois de tanto debate na CFT, somente os deputados Cláudio Puty e André Vargas se manifestaram contrários à votação do nosso projeto. A intenção do governo é jogar com a ameaça de rejeição ao relatório para impedir que o mesmo seja votado.

A única forma que o governo encontrou para impedir a aprovação do PL 6613/09 foi a de obstruir sua votação. Se o nosso PCCR for colocado em votação não há dúvida que ele será aprovado. A maioria dos deputados não terá coragem de votar contra a nossa categoria, que tem comparecido em peso ao plenário da comissão.

Por isso, ministro Ayres Britto, não acredite nessa chantagem. Diga que o STF quer a votação imediata do PL 6613/09. Não podemos nos intimidar ou nos render a essas chantagens.

ELEIÇÕES SINDJUS

Com o fim das votações é hora de trabalho e união

O processo eleitoral do Sindjus terminou tendo a democracia como a grande vencedora. Mais de cinco mil filiados foram às urnas dando legitimidade ao pleito e fortalecendo o debate em torno de diversas bandeiras. As eleições possibilitaram a pluralidade de ideias defendidas pelas três chapas concorrentes e a consolidação do Sindjus como sindicato das massas.

Agora, com o fim das eleições, é o momento das diferenças políticas serem deixadas de lado em prol de um projeto maior que deve unir todos os servidores - a valorização da nossa categoria. A vitória da Chapa 1 demonstrou que a categoria quer aprovar os PCCRs no Congresso e implantar a movimentação extraordinária nos órgãos do Judiciário e do MPU.

As acusações levianas levantadas durante a campanha eleitoral não surtiram efeito nas urnas. Só serviu para enfraquecer o sindicato e, conseqüentemente, a luta da categoria. Encerradas as eleições essa boataria eleitoral também deve ser superada. O momento agora é de trabalho. Temos que aprovar o PL 6613/09 na CFT e fazer com que os tribunais e o MPU adotem a movimentação extraordinária.

Precisamos trabalhar duro para viabilizar as reivindicações da categoria e consolidar o Sindjus como um sindicato combativo, transparente e unido em torno da categoria. É por isso que sempre trabalhamos com muita seriedade, compromisso e dedicação.